

PLANO DE AÇÃO

2025

I. INTRODUÇÃO

O momento da construção do Plano de Ação e Orçamento é um momento importante de reflexão entre a Direção e as Associadas sobre: onde estamos, para onde queremos ir e quais as estratégias que queremos seguir para alcançarmos os nossos objetivos. Como se trata do plano de ação desta Direção, a meio do seu mandato, iremos continuar a apresentar ações dentro das linhas estratégicas a que nos propusemos desde o início: Representatividade e Influência Institucional e Inovação/ Formação das Associadas.

Hoje atravessamos um tempo de mudança dos órgãos governamentais que nos tutelam. E se por um lado, os momentos de mudança trazem muita esperança na alteração das coisas que ainda não estão bem, por outro lado, estes apresentam-se, na nossa área, como épocas de algum abrandamento de ação pelo desconhecimento da tutela dos correspondentes dossiers. Temos sentido que existe da parte deste governo abertura para que as nossas propostas sejam concretizadas, mas será que esta vontade vai perdurar e não será “amolecida” pelos condicionalismos financeiros habituais ou/e pela inércia comodista do tecido político? Estaremos atentos!

Gerimos instituições de apoio a pessoas com deficiência intelectual, com colaboradores por vezes com baixa motivação também condicionada por salários esmagados no salário mínimo, cuja retenção nas nossas instituições é por vezes difícil de conseguir. Gerimos instituições de apoio a pessoas com deficiência intelectual numa sociedade cada vez mais consumista que valoriza as competências intelectuais de cada um, num autismo coletivo que esquece os direitos humanos. Gerimos instituições de apoio a pessoas com deficiência intelectual “no fio da navalha”, numa luta constante para angariação de excedentes que nos permitam complementar os fundos estatais que recebemos, cada vez mais insuficientes para darmos um atendimento de qualidade que os nossos clientes merecem. A nossa tarefa não é fácil e por isso é urgente que o Estado nos encare como parceiros efetivos na construção de um Portugal justo, equitativo e inclusivo e que nos dê um apoio sólido, consistente e efetivo. Trabalharemos para isso!

Seguiremos o nosso caminho potenciando as parcerias com agentes económicos, políticos, culturais, sociais e educativos de forma a tornarmos presentes os direitos das pessoas com deficiência intelectual em todas as áreas da sociedade portuguesa. Caminharemos ao lado das nossas Associadas mantendo-nos alerta relativamente às suas necessidades, intervindo a seu favor junto da tutela ou de outros agentes sempre que tal seja necessário em defesa da sua qualidade de ação e da sua sustentabilidade institucional.

A Direção

II. Atividades Previstas

REPRESENTATIVIDADE em Órgãos Governamentais

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- Continuar a acompanhar a implementação da nova estrutura de RAI;
- Manter firme a posição da impossibilidade da implementação da Portaria 70/2021 a menos que haja um financiamento adequado para a nova estrutura do CACI que assegure a qualidade de serviço e a sustentabilidade das organizações;
- Alertar para a necessidade de aumentar o número de acordos de cooperação na Intervenção Precoce com vista a uma resposta mais adequada e eficaz;
- Continuar a exigir a abertura de uma linha de financiamento estatal que contemple o alargamento da rede nacional de Lares Residenciais para Pessoas com Deficiência adequada às exigências e necessidades;
- Dar continuidade às propostas de alteração à legislação referente ao edificado das valências de apoio à deficiência tornando-a mais simples e exequível;
- Apresentar ao MTSSS documentos de trabalho propondo linhas de ação que respondam a necessidades / complexidades que vão surgindo na realidade institucional das Associadas;
- Manter a participação na Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS);
- Acompanhar a implementação do Compromisso de Cooperação para o setor Social e Solidário, biéno de 2025/2026, exigindo o cumprimento das suas premissas no reconhecimento deste documento como contrato sério assinado entre o Governo e o sector Social.

Instituto do Emprego e Formação Profissional

IEFP

- Manter o relacionamento com o Instituto, no âmbito do Fórum para a Integração Profissional, bem como, continuar o trabalho desenvolvido e estreitar o relacionamento com as organizações congéneres, na Plataforma;
- Exigir ao IEFP a transposição para a legislação e a prática do que foi acordado em áreas como a organização e financiamento da formação profissional e a rede e atribuições dos Centros de Recursos para a Qualificação e Emprego.
- Acompanhar o Grupo de Trabalho sobre os Referenciais de Formação no âmbito da Qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade, que tem por objetivo a análise e apresentação de propostas de flexibilização da atual oferta formativa, equacionando-se o alargamento destas respostas ao nível 4 de qualificação (incluindo a definição da componente de formação de base) e a sinalização de novos referenciais de formação que possam vir a ser adaptados e integrados no Catálogo Nacional de Qualificações.

**Direção-Geral
de Educação**

DGE

- Participar ativamente na Comissão de Acompanhamento dos CRI, procurando, em conjunto com as outras federações que dela fazem parte, definir claramente o enquadramento dos CRI e a filosofia educativa emanada no decreto Lei 54/20218..O papel ativo de todas as organizações, que têm esta parceria educativa, estabelecida com os Agrupamentos de Escolas com quem trabalham, pode vir a ser decisivo para todo o caminho futuro que vier a resultar das mesmas, na base de princípios claros de intervenção no âmbito educativo;
- Ao mesmo tempo, e também com um enorme significado para todos, terão de ser encontradas soluções, na já referida Comissão de Acompanhamento, para o modelo de financiamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, por forma a estabelecer uma relação clara e transparente, que permita às organizações:
 - a) programar estratégias de atuação e de gestão compatíveis com as necessidades a que há que dar resposta;
 - b) responder positivamente às expectativas dos colaboradores que trabalham nesta área criando estabilidade nas equipas e consequentemente maior qualidade de ação;
 - c) efetuar uma intervenção e apoio que sirva efetivamente aqueles a quem todo o trabalho se destina, as crianças e jovens no seu percurso e sucesso educativo.
- Exigir que sejam revistas as participações estatais na valência de socioeducativo;
- Continuar a colaborar com o ME na implementação de políticas educativas que consolidem a criação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

**Instituto
Nacional para
a Reabilitação**

INR

- Manter o relacionamento com o Instituto, no âmbito dos grupos de trabalho em que a Federação for chamada a intervir.
- Colaborar com o INR em projetos ou ações que consolidem os direitos das pessoas com deficiência em Portugal

**Conselho
Nacional de
Educação**

- Representando as Instituições de Ensino especial de Pessoas com Deficiência a HUMANITAS deverá continuar a ter neste Conselho um papel importante de alertar para as questões educativas e pedagógicas dos alunos com deficiência, sugerindo políticas públicas ou propondo ações concretas no tecido escolar

REPRESENTATIVIDADE em Órgãos Não Governamentais

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CNIS

- Manter, como prioridade estratégica, a participação na Confederação integrando nos Grupos de Trabalho já existentes e que venham a ser criados, consolidando a participação nas Comissões especializadas no âmbito do Compromisso de Cooperação 2025/2026;
- Continuar a ser presente a voz da deficiência intelectual dentro dos órgãos da Confederação, através de uma participação ativa no Conselho Geral e como representantes das federações no Conselho Permanente;
- Colaborar com a Confederação na criação de políticas públicas e estratégias governamentais que apoiem e dignifiquem a pessoa com deficiência intelectual e suas famílias.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

ODDH

- Manter a parceria e a participação ativa no Conselho Consultivo do ODDH, tendo em conta a atividade do mesmo na promoção de processos participados de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência, e que incide em quatro eixos:
 - ✓ Informação - Disseminação dos resultados de investigação desenvolvida no ISCSP sobre a temática da deficiência e direitos humanos.
 - ✓ Formação - Capacitação de pessoas com deficiência, organizações representativas, profissionais do sector, investigadores e outros atores interessados.
 - ✓ Investigação - Apoio ao desenvolvimento científico no domínio da Deficiência e direitos humanos.
 - ✓ Intervenção Social e *Policy advice* – testagem e implementação de ferramentas participativas, em parceria com as Organizações da deficiência, de modo a contribuir para a implementação de políticas públicas.
- Participar anualmente no Encontro – “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos” publicado pelo ODDH, em parceria com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

Mecanismo Nacional de Monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- Manter a participação Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conforme Lei n.º 71/2019 de 2 de setembro. Este organismo independente tem como função promover, proteger e monitorizar a implementação da Convenção tendo em conta a jurisprudência do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

European
Association
of Service
Providers for
Persons with
Disabilities

EASPD

- Integrar nos grupos de trabalho da EASPD, através de representantes das filiadas, para que a Federação possa estar representada em todos eles, nas seguintes áreas:
 - **Intervenção Precoce:** troca de boas práticas, desenvolvimento de projetos e proposta de recomendações políticas para promover práticas de intervenção precoce na infância centradas na família em toda a Europa.
 - **Educação:** centra-se na educação, na aprendizagem ao longo da vida e no desenvolvimento de escolas inclusivas. O MF utiliza o seu know-how e contactos para apoiar o desenvolvimento de um sistema educativo aberto na Europa
 - **Arte e Cultura:** proporciona uma plataforma para a troca de informações e boas práticas no domínio do apoio ao acesso às artes. O grupo trabalha para enfrentar barreiras como a falta de formatos acessíveis que inibem o acesso a atividades, materiais e espaços artísticos e culturais e para apoiar carreiras artísticas.
 - **Emprego:** centra-se nas políticas relacionadas com o emprego e na evolução dos serviços relacionados com o emprego. Está a ser feito um intenso lobbying para garantir que a perspetiva do nosso sector seja plenamente compreendida a nível europeu
 - **Vida inclusiva:** discute formas estratégicas e práticas de implementar o Art. 19 da CDPD da ONU. O grupo recolhe e procede ao intercâmbio de modelos de boas práticas no domínio da desinstitucionalização e da habitação (apoiada). Apoiar o desenvolvimento de instrumentos que facilitem o envolvimento e a vida independente das Pessoas com Deficiência e elabora recomendações políticas para as autoridades a todos os níveis.
 - **Tecnologia centrada na pessoa:** criado para analisar todos os benefícios que as novas tecnologias podem trazer para as pessoas com deficiência em áreas como comunicação, emprego, comércio, aprendizagem, independência, segurança e tempo livre. O grupo segue os objetivos políticos da UE relativos à tecnologia centrada na pessoa/tecnologia assistida e aos obstáculos existentes a nível da UE.
 - **Impacto político:** mede e influencia o impacto da política e da legislação europeias no sector da deficiência.
 - **Desenvolvimento de Recursos Humanos:** visa promover elevados padrões de conhecimentos e competências dos serviços sociais da União Europeia, como meio de prestar serviços de qualidade. Trabalha para o desenvolvimento de recursos humanos amplamente respeitados e qualificados, onde a partilha de cuidados é valorizada.
- Divulgar informações de financiamento disponível e informações úteis sobre projetos em aberto, pesquisas de parceiros, bem como guias de financiamento da UE e ferramentas de gestão de projetos, junto das filiadas da HUMANITAS;
- Disseminar pelas filiadas os eventos e atividades a realizar pela EASPD e incentivar a sua participação.

FORMEM
FENACERCI
FAPPC
FPDA
UNICRISANO

- Estreitar o trabalho de parceria entre Federações no sentido de aprofundar o desenvolvimento estratégico a assumir no âmbito do aumento da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência e Incapacidades, desenvolvendo iniciativas em conjunto;
- Desenvolver ações conjuntas junto do governo ou/e comunicação social de modo a aumentar a eficácia e o impacto das nossas reivindicações.

**OUTROS
AGENTES
ACADÉMICOS**

**ECONÓMICOS
SOCIAIS
EMPRESARIAIS**

- Privilegiar a continuidade dos serviços em colaboração com a Comunidade, através do estabelecimento de parcerias, consolidando as já existentes, bem como, estabelecer novas relações com empresas, universidades, organizações públicas e privadas e ordens profissionais, de forma a gerar sustentabilidade e ganhos para ambas as partes e sempre visando os benefícios para as filiadas e a participação ativa na sociedade das pessoas com deficiência intelectual.

**ATIVIDADES
DE
FORMAÇÃO
e
INOVAÇÃO**

- Continuar com a iniciativa Bolsas de Estudo “HUMANITAS” – 6ª Edição - para estudantes do ensino superior que pesquisem sobre temas relacionados com a deficiência intelectual, contribuindo assim para promover a investigação nesta área, dando-lhe publicamente um maior relevo e permitindo à Direção ter bases para propor junto da tutela políticas públicas fundamentadas cientificamente

- Prosseguir com a 6ª Edição do Prémio “Criar para Inovar” aberto a todas as organizações filiadas, onde se destaquem projetos que façam a diferença no apoio às pessoas com deficiência intelectual;

- Assinalar o “Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual – 10 de maio – com a disseminação de diferentes iniciativas;

- Prosseguir com a 2ª Edição do Prémio “Educar para Incluir”, tendo como objetivo promover a criação de trabalhos literários nas áreas de prosa e teatro que envolvam narrativas relacionadas com a deficiência intelectual, incentivar a cidadania ativa das crianças e jovens na promoção dos direitos das pessoas com deficiência Intelectual e fomentar e consolidar hábitos de escrita promovendo a criatividade e a imaginação;

- Consolidar o trabalho já iniciado, no âmbito dos Grupos de Trabalho / Reflexão, constituído por técnicos provenientes das filiadas, sobre as diferentes respostas sociais, com vista á partilha de práticas e experiências que poderão melhorar a qualidade de atendimento de cada uma;

- Continuar com plano de formação, com entidades especializadas / acreditadas na área, com vista à atualização e aperfeiçoamento de competências pessoais e laborais dos colaboradores das organizações filiadas;

- Fomentar Projetos de Inovação de cariz nacional e internacional, com o principal objetivo de construir materiais ou ferramentas técnicas que constituam uma mais-valia na qualidade de atendimento que as filiadas dispensam aos seus clientes;

- Publicar quadrimestralmente a Revista Digital onde serão discutidos / analisados temas diversos sobre a Deficiência Intelectual envolvendo pessoas de diferentes quadrantes – Famílias, Técnicos, Personalidades de âmbito político e outras;

- Realizar periodicamente um “Conversar é preciso”, workshops que se dedicam, como o nome indica, a discutir temas de índole prática ou científica com importância relevante para a ação e reflexão das Associadas, Famílias e do público em geral;

- Reforçar a comunicação de modo a ampliar o impacto social da federação com vista a melhorar a imagem pública da deficiência Intelectual em Portugal.

III. Orçamento 2025

Explicativas sobre a Conta de Exploração Previsional - 2025

Código da Conta	GASTOS	VALORES 2025		VALORES 2024		Variação
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS					
612	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo					
6144...	Outros		0		0	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS					
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0,00		0,00		
6222	Publicidade e Propaganda	2 500,00		4 500,00		-44%
6221+6224	Trabalhos especializados	13 500,00		13 500,00		0,00%
6226	Conservação e reparação	150,00	16 150,00	150,00	18 150,00	-11,02%
623	MATERIAIS					
6231	Ferramentas e utensílios	100,00		100,00		0%
6232	Livros e documentação técnica	100,00		100,00		0%
6233	Material de escritório	1 500,00	1 700,00	1 800,00	2 000,00	-15,00%
624	ENERGIA E FLUIDOS					
6241	Electricidade	650,00		650,00		0%
6242	Gás	40,00		70,00		-43%
6243	Água	250,00	940,00	200,00	920,00	2%
625	DESLOCAÇÕES E ESTADAS E TRANSPORTES					
6251	Deslocações e Estadas		7 000,00		7 000,00	0,00%
626	SERVIÇOS DIVERSOS					
6261	Rendas e Alugueres	11 773,00		11 010,00		7%
6262	Comunicações (correio, telefone, internet e ZOOM)	1 700,00		1 700,00		0%
6263	Seguros	0,00		0,00		0%
6265	Contencioso e notariado	100,00		100,00		0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	150,00		150,00		0%
6268	outros serviços	200,00	13 923,00	200,00	13 160,00	0%
	Total		39 713,00		41 230,00	-3,68%
63	GASTOS COM O PESSOAL					
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL					
	Remunerações normais + Sub. Férias e Natal + Diuturnidades	20 480,00		20 480,00		0%
6321						
6322	Subsídio Alimentação	1 250,00	21 730,00	1 250,00	21 730,00	0%
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		4 567,00		4 567,00	0%
636	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRAB. E DOENÇAS					
638	PROFISSIONAIS		200,00		200,00	0%
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL					
6382	Abono Falhas	350,00		350,00		
6372	Formação profissional	100,00	450,00	150,00	500,00	-10%
	Total		26 947,00		26 997,00	-0,19%

64	GASTOS DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÃO				
65	PERDAS POR IMPARIDADE		0	0	
			66 660,00	68 227,00	-2,30%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS				
688	OUTROS		0	0	
6882	Donativos				
6883	Quotizações a organismos Nacionais		500,00	860,00	-42%
6883	Quotizações a organismos Internacionais (EASPD e FIADOWN)		1 750,00	2 000,00	
			68 910,00	71 087,00	-3,06%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO				
698	OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		0	0	
			68 910,00	71 087,00	-3,06%
	RESULTADO LÍQUIDO PREVISIONAL		1 677,00	250,14	

codigo da Conta	RENDIMENTOS	VALORES 2025		VALORES 2024		Variação
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS					
721	Quotizações das Instituições		32 832,00		34 560,00	-5,00%
78	FINANCIAMENTO OBTIDO					
	Outros Financiadores (INR)					
	Apoio Funcionamento					
	Recursos Humanos		12 100,00		12 100,00	
	Deslocações		1 500,00		2 417,14	
	Encargos com água, eletricidade, comunicações e rendas		11 605,00		11 605,00	
	Mat. Consumível escritório e informática		800,00		1 705,00	
	Total		26 005,00		27 827,14	-6,55%
	Projetos INR					
	Outros rendimentos e Ganhos		4 000,00		3 000,00	33,33%
			62 837,00		65 387,14	-3,90%
	JUROS DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS OBTIDOS					
79	OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES					
798	Outros Ganhos					0%
7981	Donativos Recebidos		7 750,00		5 950,00	30,25%
			70 587,00		71 337,14	-1,05%

Tendo em vista a execução do Plano de Ação para 2025, propomos que o Orçamento, que se anexa, no montante de **Custos – 68.910€ / Proveitos – 70.587€** seja aprovado.

A Direcção da HUMANITAS

Presidente – Helena Maria Mamede Albuquerque

Vice-presidente – Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães

Secretário – Susana Marisa Rebelo Simões

Tesoureiro – Luís Manuel Silva Amaral

Vogal – Rosa Maria Mendes Moreira

5 novembro de 2024